

Atualidade econômica

Jáinda 6x1

Prorrogação, resultado da “paciente bancária”

REALI JÚNIOR
Nosso correspondente

PARIS — Os meios financeiros europeus estão convencidos de que o Brasil obteve a prorrogação das linhas de crédito de curto prazo por 140 dias, um prazo pouco comum, principalmente porque os 700 bancos credores e o próprio FMI estimam que a atual situação brasileira não justifica nenhuma dramatização. Esse resultado faz com que o País passe a ser considerado como a melhor ilustração de uma “verdadeira paciência bancária”, tal como a definiu recentemente o presidente do Bundesbank, que preconizou a estratégia de “esperar sem se preocupar demasiadamente”, na esperança de que esse novo prazo permitirá ao governo brasileiro não só resolver as dissensões internas na equipe econômica cada vez mais importantes, mas também concluir até meados de outubro, como espera o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, um novo acordo com o Fundo Monetário.

Ontem em Paris, o ministro da Fazenda não pôde comentar o resultado obtido através das negociações paralelas de Washington e Paris, pois aproveitou uma brecha de 48 horas em seu programa para uma rápida visita de caráter particular a Venezuela, na Itália. O ministro devia estar de volta à capital francesa no final da tarde de ontem, mas um atraso no voo fez com que ele só desembarcasse à noite. Na véspera, ele próprio havia anunciado que visitaria a Faculdade de Nancy, onde estudou, mas talvez tenha se esquecido que, no mês de agosto, período de férias de verão, as faculdades em toda a França estão fechadas. Talvez, por essa razão, tenha preferido viajar para Venezuela à última hora.

Hoje, o ministro Francisco Dornelles vai se avistar com o ministro



Arquivo

Dornelles, hoje com o ministro da Economia da França

da Economia da França, Pierre Beregovoy, e com o presidente do Banco da França, Michel Candessus. Este último conhece bem o problema da dívida brasileira, pois antes de assumir esse posto era o diretor do Tesouro da França e presidente do Clube de Paris, tendo presidido as negociações do último reescalonamento da dívida pública do Brasil. A noite o ministro Dornelles volta ao Brasil.

As negociações desenvolvidas pelo ministro Francisco Dornelles em Paris com o diretor-geral do FMI, Jacques de Larosière, contribuíram para desbloquear a situação, pois os bancos aguardavam o sinal verde do FMI para vencer as reticências de alguns dos 700 bancos. Dessa forma, a situação provisória vai perdurar até o dia 17 de janeiro de 1986, mas o

Brasil terá garantido o essencial: dez bilhões de dólares de créditos comerciais e seis bilhões de linhas interbancárias. Por outro lado, os credores também se continuam beneficiando de uma taxa de juros vantajosa, 2,5% acima da Libor, que só serão renegociados em baixa quando da assinatura do acordo de reescalonamento plurianual, isto é, após a conclusão do acordo com o Fundo Monetário.

A disputa no interior do governo do presidente José Sarney já chegou à Europa. A imprensa especializada considera que esse *sursis* poderá servir para resolver as divergências entre Dornelles e Lemgruber de um lado e o ministro do Planejamento, João Sayad, e o assessor presidencial, Luís Paulo Rosenberg, do ou-

tro. Os primeiros pregando uma política mais ortodoxa, enquanto os segundos mais preocupados com implicações de caráter social e político.

O êxito das negociações desta semana na Europa e nos Estados Unidos, entretanto, se deve à desdramatização da situação econômica brasileira e algumas medidas que agradaram aos credores. Uma delas é a tendência atual que se verifica no governo do Brasil de desestatização parcial da economia. Cita-se a satisfação constatada no próprio Fundo Monetário com o recente anúncio de privatização de 47 empresas públicas que acumularam um déficit global substancial.

Por outro lado, na área dos bancos comerciais europeus, considera-se que a conjuntura atual favorece ao Brasil. Nenhuma outra nação super-endividada do continente latino-americano foi tão favorecida com a queda do preço do petróleo. Além disso, o matutino econômico *Les Echos* lembra que Brasília pretende obter um excedente comercial de 12 bilhões de dólares, meta que poderá ser alcançada, a não ser que medidas protecionistas sejam adotadas pelos Estados Unidos nos últimos meses do ano. Além disso, o País dispõe de confortáveis reservas, 8,5 bilhões de dólares. Tudo isso faz com que o serviço da dívida, 12 bilhões de dólares este ano, não provoque verdadeiros pesadelos com os seus principais credores.

De qualquer forma, apesar desses aspectos favoráveis, ninguém alimenta grandes ilusões quanto às difíceis negociações que serão desenvolvidas com o Fundo Monetário, cujas exigências serão significativas. Além de novas cores do déficit público, o FMI não abre mão do monitoramento semestral da economia brasileira, o que as autoridades brasileiras vêm rejeitando sistematicamente.